

DESAFIOS A UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM AQUIDAUANA, PANTANAL MATO-GROSSENSE, BRASIL: CONTRADIÇÕES E CONFUSÕES NO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS

ANA GABRIELA DE J. ARAUJO - anagabriela_geo@hotmail.com
Departamento de Geografia - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo	<p>O texto se refere ao município de Aquidauana, localizado no centro-oeste de Mato Grosso do Sul. Pensá-lo no contexto atual de crise(s) anunciada(s), considerando sua formação territorial, é um exercício de combinação que abrange a interpretação de suas recentes transformações sócio-espaciais e as condições de inserção/exclusão do processo de acumulação capitalista que nos sujeita. Analisar a <i>modernização</i> do sistema de produção da pecuária bovina do município, que chega sob a égide da <i>globalização</i> presumindo tratar da sustentabilidade no município (nas suas dimensões econômica, social e ambiental), implica pensar um (multi)território de realidade(s) caleidoscópia(s), com relações de poder desniveladas historicamente e seletivamente apropriadoras de valores e discursos. Tal multiplicidade imbrica potenciais de emancipação e realidades confusas e contraditórias em seu espaço rural. Este espaço vem sendo pontuado nos últimos anos por novas atividades e atores, e expressa rupturas e devires, permanências e novas territorialidades.</p> <p>Palavras-chave: <i>Aquidauana - arranjo sócio-espacial - transformação - modernização da pecuária - confusão.</i></p>
---------------	--

Abstract	<p style="text-align: center;">DESAFÍOS PARA UN DESARROLLO SOSTENIBLE EN AQUIDAUANA, PANTANAL MATO-GROSSENSE-BRASIL: CONTRADICCIONES Y CONFUSIONES EN UN TERRITORIO DE AGUAS</p> <p>El texto hace referencia al municipio de Aquidauana, localizado en el Centro Oeste del Estado de Matogrosso del Sur. Se estudia este municipio en el contexto de la actual crisis anunciada en la región. Por ello, se considera su conformación territorial a través de una combinación entre la interpretación y sus recientes transformaciones socioespaciales, además de las condiciones impuestas de inclusión/exclusión en el proceso de acumulación capitalista. Analizar el sistema de producción bovina y su modernización, sucedida durante la globalización, tratándose esto, como supuesta sustentabilidad para el municipio (en sus dimensiones económica, social y ambiental) implica pensar en un multiterritorio de realidades caleidoscópicas, cuyas relaciones de poder son históricamente desniveladas y apropiadoras de valores y discursos. Tal multiplicidad sobrepone potenciales de emancipación con realidades confusas y contradictorias de su espacio rural. En este espacio, que en los últimos años se reviste de nuevas actividades y actores, además se expresan rupturas, devenires, permanencias y nuevas territorialidades.</p> <p>Palabras clave: <i>Aquidauana - transformación sócio-espacial - modernización de la ganadería.</i></p>
-----------------	---

Abstract	<p style="text-align: center;">Challenges to a sustainable development in Aquidauana, the lowlands of Mato Grosso, Brazil: contradictions and confusion in the territory of the waters</p> <p>The text refers to the city of Aquidauana, located in the Middle West of Mato Grosso do Sul. To think of it at the present context of an annunciated crisis, considering its territorial formation, is an exercise of combination that includes the interpretation of its recent socio-spatial transformations and the conditions of the insertion/exclusion of the capitalist accumulation process which we are subject. To interpret the <i>modernization</i> of the production system of Aquidauana cattle breeding, which comes under the shelter of the <i>globalization</i>, presuming to deal with the sustainability in Aquidauana (of its economical, social and environmental proportions), imply to think of a (mult)territory of kaleidoscopic realities, with relations</p> <p style="text-align: right;">✍</p>
-----------------	---

of power historically unevenness and of the values and speech appropriated selectively. This multiplicity loads potencies of emancipation and realities that may be confused and contradictory in its rural space. This space has been marked with points for the last years by new actors and activities, and shows disruptions and becomings, permanencies and new territorialities.

Keywords: *Aquidauana - Socio-spatial Disposition - Transformation - Modernization of Cattle Breeding.*



Introdução

Mato Grosso do Sul se insere na lógica produtiva mundializada despontando-se como produtor de alimentos voltado ao mercado externo. O estado brasileiro tem sua historicidade ligada à história da pecuária bovina de corte e representa atualmente 12% do rebanho nacional. Da mesma forma, a região do Pantanal, que engloba parte centro-oeste deste estado, teve colonização atrelada à sua "vocação" ambiental para a criação de gado; praticada de modo extensivo, dadas suas condições físicas como as pastagens nativas e os pulsos de inundação que regem a dinâmica do ambiente Pantanal (Araujo, 2006).

Aquidauana, situada na área de transição com o Planalto de Mato Grosso do Sul, é um exemplo deste arranjo territorial baseado na criação bovina, sendo emancipada como munic pio¹ por produtores locais que almejavam acessos em

1 As práticas memorialistas e historiográficas da cidade até hoje oferecem uma perspectiva homogeneizadora da sociedade local. Suas representações expressam as redes de poder instituídas e privilegiam fatos históricos que legitimam as a es excludentes de sua elite local, produzindo um saber, e permitindo-lhes condições favoráveis nas disputas pelo poder (Castro, 2002: 15; Carvalho, 2007). O Pantanal de Aquidauana, produzido historicamente como região subjugada a idéias conservadoras, teve sua ordem sócio-espacial estabelecida pelos princípios da "institucionalização da hierarquia natural e da desigualdade da sociedade", com uma nítida clivagem social entre fazendeiros e outros atores menores (diria Deleuze) de territorialidades

época de cheia e melhores condições de comercialização dos seus produtos (Neves, 1980).

Desde o século XVIII, pode-se dizer que a condição dada pela dinâmica do capital para Aquidauana e toda a região do Pantanal foi a da pecuária extensiva, principalmente na fase de cria, abastecendo a principal região consumidora do país, o Sudeste. Entretanto, dadas as necessidades de reestruturação produtiva do capital no fim do século XX refletidas na cadeia produtiva da carne, a pecuária pantaneira viu-se obrigada a algumas adaptações e transformações em sua lógica tradicional de produção. Os principais elementos neste processo de rearranjo da pecuária no Pantanal de Mato Grosso do Sul são analisados por Araujo (2006, *op. cit*) como a condição para a transformação da região sob as bases da globalização (Soja, 1993; Santos 2005). Esta lógica de acumulação composta de um constante movimento que de forma desigual e combinada foi/vai articulando localidades diferenciadas, criando novos arranjos à medida de suas necessidades, a partir da década de 1990, atribuiu novas funcionalidades ao espaço da pecuária em Aquidauana, rompendo sua organização estabelecida anteriormente.

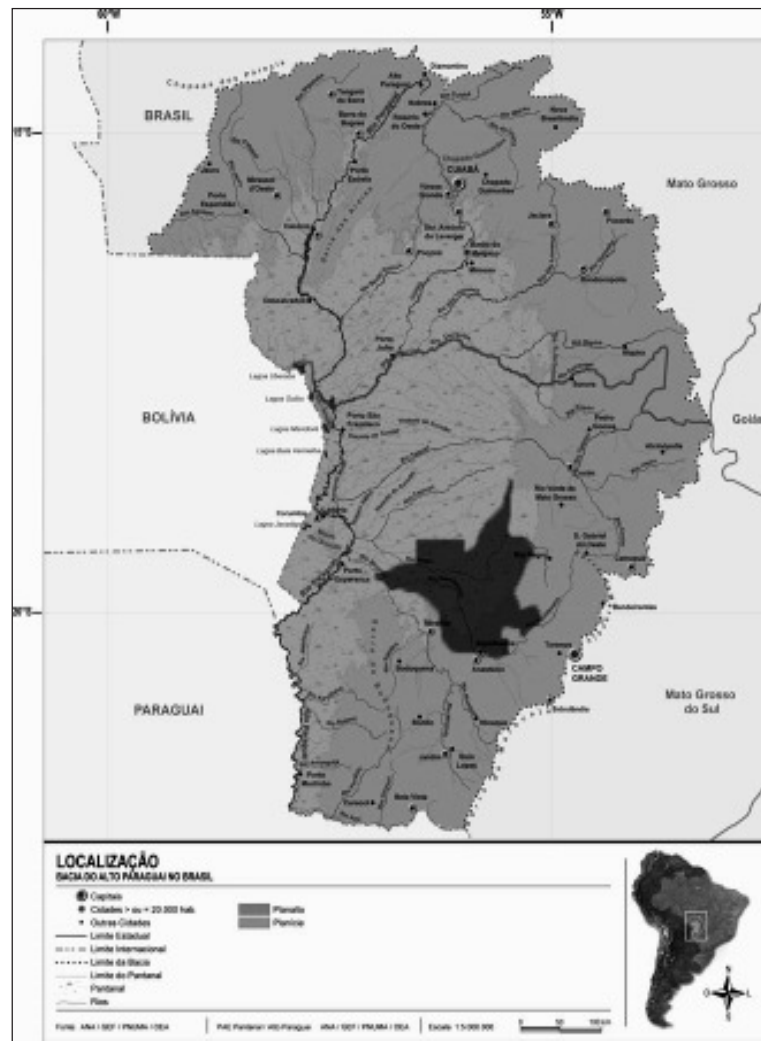
No Brasil, as políticas públicas de desenvolvimento no contexto de integração nacional/inserção na economia mundial, até os últimos anos focaram o **agrícola** como elemento exclusivo dos espaços rurais. Com forte apoio técnico e financeiro estimularam o aumento e consolidação da produção agropecuária (Graziano Da Silva, 1996). No século XX, início da *modernização agrícola*, se assistiu a ampliação de técnicas de cultivo como a mecanização, a incorporação de novas áreas adaptáveis como o cerrado brasileiro, o melhoramento genético e o aumento do uso de insumos químicos. Mato Grosso do Sul não fugiu ao paradigma da modernização racionalista e aderiu tais coordenadas. Os planos e programas elaborados pelo Estado nacional, ora operados pela SUDECO², são exemplos notáveis

cada vez mais precárias. Entretanto, veremos que a partir da virada do século, os novos objetos e ações presentes em seu território evidenciam o espaço rural de Aquidauana como arena de possibilidades de apropriação e/ou domínio por parte de um corpo social mais diverso.

- 2 Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, criada em 1967 e responsável pela região onde se localiza Mato Grosso do Sul.

da ordem produtivista que alterou os arranjos sócio-espaciais de Mato Grosso do Sul, transformando sua paisagem (Abreu, 2001).

Figura 1. Bacia do Alto Paraguai, Pantanal Mato-grossense. Destaque para o município de Aquidauana



Produtivismo e Pós-Produtivismo: Da estruturação de uma produção à Reestruturação Produtiva

O ciclo de modernização tecnológica que comandou a organização do espaço agrário brasileiro perdurou até a virada do século, quando as evidências da saturação do modelo produtivista indicavam em escala mundial, entre outras coisas, a necessidade de superação do *padrão alimentar atlântico* do consumo em massa das commodities. Segundo Wilson (2001), esta lógica foi interrompida por um novo regime denominado "pós-produtivista", de revisão dos princípios que orientavam a anterior. A partir daí, mudanças na sociedade imbricariam urbano/rural.

Wilson elenca as principais características do novo sistema. Em primeiro lugar, a ideologia pós-produtivista é de perda da posição central da agricultura na sociedade e uma atitude reflexiva sobre o pacote tecnológico induzido à produção; nas realidades européias, Munton *et al* (1990) e Marsden *et al* (1993) observaram a redução da intensidade da atividade. Uma mudança de atitude da sociedade para a agricultura, que passa a vê-la como vilã e destruidora do campo e dos ambientes naturais (Marsden *et al.*, *idem*; Wilson, *op. cit.*) somada à emergência de novas representações sociais e culturais (Cloke E. Goodwin, 1992, *apud* Wilson, *idem*), permite o olhar para um rural mais complexo. Em relação aos atores envolvidos, destaca-se a maior participação e o surgimento de novos setores e movimentos comunitários, antes marginalizados frente aos processos de decisão.

O rígido padrão norte-americano, que havia instalado uma produção vertical e padronizado, baseado em commodities, passou a ser desafiado pelos novos mercados emergentes no paradigma pós-produtivista. Para Wilson, foi decisiva a afirmação de uma nova maneira de consumo orientada a agricultura, mais diversificada e com diferente no comportamento do consumidor na escolha por alimentos mais "sadios" desde seu processo produtivo. O incentivo à técnicas de cultivo calcadas em novos formatos como o orgânico e o agroecológico, e a crítica à industrialização e mercantilização da agropecuária, soaram como possibilidades para a diversificação no espaço agrário e desta forma do espaço rural.

Neste contexto, novas formas de participação como a Governança (Marsden *et al.*, *op. cit.*) e o aperfeiçoamento dos controles de planejamento local, aliadas (ou em paralelo) ao aumento de políticas agro-ambientais e ao discurso ambientalista, são expressões de um primeiro momento do redirecionamento das políticas públicas que passam por novos e múltiplos olhares, em direção (e a partir dele) ao espaço rural. A difusão do regime de pluriatividades nas unidades produtivas caracteriza a multifuncionalidade dos espaços rurais. Novos e diferentes objetivos ganharam densidade, como a inserção de atividades como o lazer e o turismo, a produção agro-ecológica, a ampliação de áreas destinadas à proteção e reserva ambiental; o que tende a atender um maior espectro da sociedade organizada.

A maior proximidade entre os produtores rurais e os indivíduos "não-rurais", teve como reflexo e condicionante um aumento de "demanda" de características do *local* que se alinham às características da sociedade. A valoração e valorização dos ambientes naturais permitiram o surgimento de novas relações subjetivas, que podem se apresentar como possibilidades de novas atividades, "produções" diferenciadas das concretizadas na era produtivista. Como exemplos, temos o fomento a novas tecnologias "menos impactantes", a atualidade do reconhecimento dos saberes locais, a re-criação de habitats perdidos ou danificados e o aumento da legislação ambiental, bem como políticas compensatórias.

Wilson (*op. cit.*) problematiza as limitações que alguns desses estudos apresentaram ao encerrarem as discussões na dicotomia produtivismo/pós-produtivismo. Aponta que por serem crivados num contexto inglês, a discussão conceitual e aplicabilidade dos dois termos tem sido falhas quando em outras realidades. Ao questionar se os dois regimes dão conta de explicar o processo sucessor da crise instalada que culminaria na flexibilização da economia, com desdobramentos político-espaciais nos espaços rurais, o autor prefere a noção de *regime de agricultura multifuncional* aos dois conceitos. Segundo Wilson, a noção melhor sintetizaria a diversidade dos espaços (rurais) contemporâneos e ainda fugiria a linearidade da perspectiva de homogeneização espacial, superando uma abordagem dicotomizada rural x urbano (*op. cit.* :77).

Para o autor, a complexidade de facetas observadas no mundo atual, globalizado, e igualmente nos espaços rurais, representa a multiplicidade de formas e conteúdos que responderam às transformações e reestruturações que a crise dos últimos 40 anos demandou. Ao adotar a expressão regime de agricultura multifuncional, Wilson segue a linha de autores que consideram um *novo rural* contemporâneo, de diversidade social, territorial, que resiste e permite novos usos.

O debate permite a Geografia complementar este contexto de reflexões sobre o fazer humano. Com as noções de espaço relacional (Harvey, 1973; Massey, 2008), território e territorialidades (Haesbaert, 2007a), surge a possibilidade de novas subjetividades de entendimento do movimento social (que é espacial, dentro das concepções desses autores) em uma abordagem mais relacional, capaz de lidar com a multiplicidade inerente da diversidade sócio-espacial. Para além do conceito tradicional de região (Haesbaert, 2010), ganham força interpretações menos homogeneizantes desta diversidade de nossa sociedade. Trabalhar com a noção de território permite ir além da concepção de um espaço absoluto e fechado, "relativo a" sem considerar a simultaneidade dos eventos, como os recortes regionais tradicionais.

Resultados e discussão: O novo rural do Pantanal Sul

Araujo (2006, *op. cit*), ao pesquisar a transformação do Pantanal Sul nos últimos 20 anos, apontou como principais mudanças a modernização da pecuária e os novos usos das fazendas para a atividade turística, nas modalidades de ecoturismo e turismo rural. A partir do trabalho da autora, vemos que essas atividades representaram inovações nas relações sociais em muitas dimensões, rompendo com a lógica tradicional da pecuária pantaneira como um "gênero de vida".

A introdução de outros sistemas de objetos e ações (Santos, 2002) no processo de formação deste espaço produtivo especializado na pecuária bovina foi viabilizada por novos atores articulados aos padrões mais competitivos, o que possibilitou a (re)inserção de parcelas da região na economia global. Esta

modernização carrega outro aspecto da *globalização* que a difere do contexto produtivista da década de 1970, ao possuir, além de outras particularidades, uma vertente articulada ao contexto "ambientalista", que na pecuária pantaneira fomentou a diversificação espacial nas fazendas de criação do gado.

Ainda na pecuária, o paradigma pós-produtivista pode ser observado na implementação da produção pecuária em sistema orgânico, que a partir de 2000 em Aquidauana e região, vem expressando as novas relações territoriais que permeiam a planície e tem como princípio o desenvolvimento sustentável. Esta nova produção econômica articula em seu desenvolvimento os produtores locais e ambientalistas da *globalização* como a Organização Não Governamental World Wildlife Fund (WWF), representando um processo de ruptura no arranjo sócio-espacial da pecuária tradicional.

O tema *sustentabilidade* surge a partir das conferências mundiais ambientalistas do último quartel do século vinte, e se caracterizou inicialmente por medidas a serem tomadas para manutenção do sistema vigente. No espaço rural, sustentabilidade pode ser definida, segundo Robinson e Tinker (1995) e Blundem, (1995):

como "princípios e práticas de interação e reconciliação dos imperativos econômicos, ecológicos e sociais" a partir de "normatizações e atributos de valor continuamente renegociados, temporal e espacialmente, formalmente e informalmente"

As proposições acima, extraídas de Pierce (1998: 28), indicam a complexidade da questão *sustentabilidade* e a necessidade de se trabalhar com os conflitos inerentes da diversidade de posicionamentos, desejos e interesses, que variam em dimensões (sejam econômicas, políticas, culturais, ambientais e mesmo subjetivas) e devem ser analisadas em diferentes horizontes escalares.

Sorensen (2003) enfatiza que a relação entre escalas deve ser considerada no tratamento dessa questão para os diferentes espaços. Ao analisar a Austrália

rural, aponta que o país vive uma "colcha de retalhos" em termos de sustentabilidade, compondo um mosaico de experiências de sucessos e insucessos dependendo do viés analítico. O autor mostra que essas características são reveladoras das intervenções que as localidades vivem em tempos de *globalização*, onde articulações em território-rede (Haesbaert, 2007a) expressam uma diversidade de relações e não podem ser ignoradas³. Diante da imprevisibilidade de circunstâncias, ele redefine o termo sustentabilidade (p. 54):

Sustentabilidade é, portanto, um processo e não um fim e, além disso, se aplica a todos os sistemas: econômico, social e ambiental. Concebida dessa forma, ela torna-se **um guia para as políticas públicas e para ações comunitárias autogestoras de um tipo criativo e não regulatório**: criativo no sentido da geração contínua de futuros imprevisíveis com um mínimo de tensões dos participantes (grifo nosso).

Assim, um olhar geográfico das novas questões que permeiam o mundo e o espaço rural envolve uma abordagem integradora nas noções de território e territorialidade, que de acordo com Haesbaert (2007b) compõem/expressam na atualidade relações (cada vez mais complexas) de exercício de poder (apropriação e controle de acesso, seja simbólica ou materialmente, e ainda variando em sentido de funcionalidade) e indicam articulações sócio-territoriais da mesma maneira complexificadas, como: *em redes*, materiais ou imateriais. Portanto, uma abordagem que contemple o dinamismo da sociedade atual e suas formas territorializantes, múltiplas.

Outras influências globais também permearam o espaço da pecuária pantaneira em Aquidauana, vislumbrando novos territórios pós-productivistas. O

3 A título de exemplo, interessante foi Sorensen considerar as situações da Austrália rural, que é afetada por políticas e arranjos locais/regionais que visam uma produção agrícola sustentável, mas da mesma forma, afetada por ações internacionais, como os subsídios agrícolas praticados por EUA, Japão e UE, o que dificultam a inserção do país nesses mercados. Revela-se uma "teoria de jogos" inerentemente multiescalar. Ver Sorensen, 2003.

postulado da governança surge no ambiente da planície pantaneira de Aquidauana no período recente dos últimos anos, na corrente das suas novas produções territoriais aliadas à necessidade da sustentabilidade local.

Implementada por uma parceria Brasil-França, seguiu a abordagem teórica francesa de governança territorial que busca incorporar a diversidade de contextos sócio-espaciais e fomentar novos e múltiplos usos dos espaços rurais. Para esta *relação-entre* práticas como a governança, uma composição entre Estado e sociedade organizada em vários espetros, lidam com a interrelação homem-meio natural, entendendo que uma co-existência é possível, auxiliando no trabalho de elaboração de propostas, tomada de decisão e implementação das políticas (Vargas, 2009).

Para Bowler (2003), o regime de governança busca o diálogo das diferenças sociais rumo a relações mais horizontais e democráticas no período atual. Representa novos canais institucionalizados que permitem maior envolvimento da sociedade. Se de fato constatada a participação variada do corpo social, contribui com a transversalidade de especializações ao integrar múltiplos saberes.

A grafia de outros territórios: os Parques Naturais Regionais Franceses

Como realidade empírica e *em concertation* com os preceitos de sustentabilidade, a França nos apresenta sua composição de Parques Naturais Regionais. Segundo Vargas (2009, *op. cit.*), a realidade francesa difere-se da norte americana no tratamento do *ambiente natural*. O país prefere uma relação de co-existência e manutenção das relações sociais já historicizadas nas localidades, ao invés de uma política de isolamento do *meio* e afastamento do *homem*, o que cria uma relação de distanciamento entre o "meio natural" e o "homem". O governo adotou uma política de implantação dos PNR em substituição aos Parques Naturais⁴. A política dos PNR envolve as populações que ali vivem e outras

4 Assim como os Parques Nacionais brasileiros, são áreas restritas à conservação do ambiente demarcado impedindo intervenções de qualquer ordem. Na França, as respectivas áreas naturais de PRNs e PNs atualmente representam 14% e 1% das terras do país (Vargas, 2009).

formas de participação, como o Estado e outras instituições. Tem como referência, o(s) território(s) e o *pays*, conceito que vai além dos sentidos de "país" ou "região", como geralmente é traduzido para o português e pode indicar um gênero de vida da localidade⁵.

Uma política de incentivo aos *terroir* nos PNR busca viabilizar ações econômicas que contribuam na sustentabilidade dos locais. Considerados como produto da relação homem-meio, os *terroirs* representam as especificidades produzidas por estas interações e ganham status em tempos de valorização e valoração das diferenciações sócio-espaciais. A marca do(s) produto(s) do *terroir* é considerada como uma importante ferramenta de sustentabilidade financeira dos parques, pois são propriedades usadas em sistemas de *royalties*, além de um elemento das formas de territorialidade, ao revelar formas de identificação e apropriação na relação sociedade-meio (Vargas, *idem*).

Pantanal Sul e seus multi-territórios

As políticas voltadas à produção do espaço da grande planície de inundação em Mato Grosso do Sul variaram ao longo do tempo. Refletiram e refletem as diversas apropriações e sentidos dados pelo Estado e sociedade à região em razão das conjunturas da sociedade, capitalista.

Como região tradicionalmente ocupada por pessoas que desde o século XVIII desenvolveram a pecuária bovina de corte, o Pantanal sul-matogrossense e o município de Aquidauana viveram até um passado recente um processo de inércia espacial (Araujo, *op. cit*), caracterizado pela criação do gado de forma tradicional.

A atividade é reconhecida como desenvolvida de forma sustentada, sendo a responsável pela conservação do ambiente pantaneiro até hoje devido à baixa intervenção física na área, e no senso comum ganha status de *sustentabilidade*

5 Vargas (*idem*: 72) afirma que o sentido de *pays* usado na realidade francesa cria novas entidades geográficas que superam a posição do Estado como único ou majoritário agente no planejamento e gestão das regiões e territórios, sendo um exemplo de governança na temática do desenvolvimento rural.

(Embrapa, 2008: 503). Contudo, discordamos de tal afirmação, por entender que a produção vem passando por dificuldades de manutenção e evolução diante do paradigma produtivista, que prima pela competitividade entre os espaços (Santos, 2005) além de gerar um esgotamento dos recursos.

As políticas públicas que mais afetaram Mato Grosso do Sul foram as implementadas a partir da década de 1970. Introduziram elementos de "entropia" à ordem pré-existente. Durante o regime militar vivido no país os sucessivos Planos Nacionais de Desenvolvimento pretenderam ações no sentido de integrar as produções econômicas espacializadas do território brasileiro de maneira dispersa. Os planos tinham a *região* como unidade geográfica para o planejamento⁶ e como prioridade a ampliação das redes de transporte rodoviário, o que evidenciava a condição para a nova lógica de fluidez do capitalismo (Araujo, Oliveira Neto e Araujo, 2009).

As ações dirigidas pela SUDECO introduziram consideráveis transformações nas paisagens do estado. Seu plano para o Pantanal foi o PRODEPAN⁷, tinha como objetivos "dotar de condições para melhor utilização de seus amplos recursos visando a sua definitiva integração ao desenvolvimento nacional" (Minter, 1978, *apud* Abreu, 2001: 98). Em termos de ações concretas no território pantaneiro, foi responsável pelo aumento da eletrificação do espaço rural e da rede de transportes. Apesar de definido como Programa que viabilizaria condições para otimizar os recursos ali existentes, a maior parte dos projetos e investimentos centrou-se no desenvolvimento da rede rodoviária⁸. Inúmeras falhas se deram ao longo das

6 Como já mencionado, buscamos a reflexão em pesquisas que elucidem as conseqüências dessa concepção de região como espaço homogêneo, não-relacional, para a sociedade em sua diversidade, contigente de multiplicidades, reflexões que foram des-consideradas ao longo do planejamento e gestão sócio-espaciais de recorte (macro)regional. Apoiando-nos em teóricos que avançaram o debate e produziram trabalhos afinados com a complexidade territorial, esperamos seguir essa linha de análise e abordar as políticas dirigidas com recortes territoriais, bem como indicar novas potencialidades e possibilidades desta prática.

7 Programa de Especial de Desenvolvimento do Pantanal.

8 Dos cinco eixos eleitos em subprogramas específicos (transporte, saneamento ambiental, energia, desenvolvimento da pecuária e industrialização), os valores dos investimentos

obras do subprograma e de acordo com a autora, evidenciaram o caráter instrumental de um planejamento desarticulado com a realidade do recorte regional⁹.

O eixo desenvolvimento da pecuária, a nosso ver, o que representaria a idéia de *viabilização para melhor aproveitamento dos recursos e conseqüente integração ao desenvolvimento regional* (por co-responder ao elemento sócio-econômico mais importante da região até então), teve como objetivos: o melhoramento do rebanho, a introdução de pastagens plantadas e a assistência técnica ao produtor. Porém, apresentou relatórios no sentido oposto. As razões para a dificuldade apresentada nos relatórios versam sobre a *estrutura fundiária*, que pelo tamanho representou "obstáculos" para a introdução de novas tecnologias (vermifugação, vacinação e mineralização dos rebanhos) e a *mentalidade* dos proprietários rurais, pois eles não viam vantagens nessas modernidades em comparação à estrutura tradicional a que estavam habituados. Observam-se características da ideologia racionalista no plano político do regime militar, que pretendeu rearranjar os diferentes espaços desconsiderando as realidades ali vividas, expressando estar de acordo com a era produtivista.

Ao passo das mudanças de conjunturas econômicas, sociais e políticas do fim do século XX, como a saturação do padrão fordista de produção que exigia novas políticas de gestão do território e não concebia mais um planejamento centralizado nas mãos do Estado (até então hegemônicos), surge uma diminuição da

programados (U\$ 6.084,31) e executados de fato (U\$9.211,03) relativos ao transporte se destacam em muito quando comparados aos outros eixos, que se assemelham entre si e, diferente deste, apresentaram cortes, como por exemplo, o de desenvolvimento da pecuária, que de investimento inicial, idealizado em U\$3.611,23, reduziu-se em valor programado em U\$2.498,58, contudo executou apenas U\$1.726,89.

- 9 Um exemplo, o aumento dos custos para as obras de transporte deu-se por "imprevistos" ao plano de gabinete, a maioria tratou de reparos das estruturas, que desde o início das construções apresentaram problemas diante das condições naturais, seja devido às chuvas do período, os arrombamentos e inundações. Segundo relatório final, esses fatores prejudicaram o desempenho geral do Programa, contudo concordamos com Abreu, que aponta o "descuido" técnico em pretender a construção de rodovias que não estavam preparadas para períodos de "possíveis" cheias, condição intrínseca do Pantanal.

concepção de um espaço não-relacional, baseado no recorte (macro)regional.

Durante a operacionalização da SUDECO o contato com técnicos estrangeiros foi intenso, muitos deles realizaram levantamentos e diagnósticos em diversas áreas. Eram norte-americanos, que desde a década de 1940 contribuíam como o planejador do governo brasileiro, e franceses, que em regime de convênio entre os dois países, colaboraram no reordenamento do território nacional.

A influência francesa de pensar os *territórios* leva inovações que mais uma vez pontuaram a planície pantaneira e colaboram com o rearranjo deste espaço rural. A posse de Antonio Mendes Canale na direção da SUDECO em 1985 promoveu a aproximação entre os dois países e já em 1986 a Superintendência lançou o PDRCO¹⁰ que tinha como base as proposições da cooperação franco-brasileira "Organização Territorial e Funções Econômicas do Centro-Oeste", de descentralização do planejamento e participação para as definições de diretrizes (Abreu, *op. cit.*: 258).

Ao se retirar da direção da SUDECO em 1987, Canale no ano seguinte como Senador da República apresenta o Projeto de Lei n. 359/89 que dispõe sobre a criação do Programa de Ecodesenvolvimento do Pantanal – PROPANTANAL. O projeto tinha como objetivo a promoção da "defesa e do desenvolvimento do Pantanal, com aproveitamento racional de seus recursos naturais mediante elaboração e implementação do Plano Diretor da Bacia do Alto Paraguai (BAP)" (Senado, 1989: 5, *apud* Vargas, *op. cit.* :138). A partir daí se observam novas prioridades para a política de gestão da região, como o "*equilíbrio biológico*", o "*desenvolvimento sustentável*", a "*necessidade da preservação imediata das condições ambientais da área singular*" (*idem*, grifo nosso) e mesmo o "*homem pantaneiro*", que aparece pela primeira vez no discurso oficial (Fonseca, 2001, *apud* Vargas, *idem*:136). Para Vargas, isto mostra como relações de poder seletivamente apropriadoras de valores e discursos como o *natural*, *ambiental* e *participativo* foram se territorializando na planície e denotam realidades ora confusas e contraditórias neste espaço rural.

10 Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

Parque Natural Regional do Pantanal (PNRP)

O trabalho conjunto entre técnicos do Brasil e França rendeu ao Pantanal Sul o primeiro PNR fora da França, localizado no município de Aquidauana. Oficializado em 2002 pelo Governo de Mato Grosso do Sul, trata-se de um consórcio estabelecido entre proprietários rurais da Bacia do Rio Negro, com área de aproximadamente 5 milhões de hectares¹¹. Teve a seguinte justificativa destacada no relatório final da Federação francesa (FPNRF, 2002, *apud* Vargas, *op. cit.*:126):

O Pantanal, maior zona úmida do mundo, hospeda uma fauna excepcional pela sua diversidade e abundância. É pouquíssimo povoado, e seus fazendeiros praticam uma pecuária muito extensiva. Essa prática faz com que o Pantanal possa conservar sua paisagem e biodiversidade. Nos últimos anos, no entanto, os fazendeiros encontram dificuldades econômicas crescentes que agravam ou induzem transformações de modos de exploração. É de se temer que essas transformações possam perturbar os equilíbrios naturais.

O PNRP teve como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável na planície pantaneira, na forma institucional de gestão compartilhada. Como condição, a política praticada no regime de governança, "com ampla participação das variadas esferas sociais". Suas previsões eram de fortalecimento da economia local por meio de introdução de novas tecnologias para o aproveitamento da cadeia alimentar da carne (e para a produção de novos produtos e os provenientes da fauna silvestre local), apoio ao ecoturismo e turismo rural, a valorização da cultura, pesquisas e geração de técnicas sustentáveis (Vargas, *idem*:153). A criação do Parque representa um acordo com os valores pós-produtivistas de pluriatividade das propriedades e multifuncionalidade do espaço rural.

11 Empreendido financeiramente pela parceria entre o Governo de Mato Grosso do Sul (16%), União Européia (76%), Federação dos Parques Naturais Regionais da França (FPNRF) e o Ministério de Assuntos Estratégicos do Estado Francês (8%).

Como marca do parque foi lançado o selo "Vitelo do Pantanal"¹² (Vitpan) pensado como o primeiro produto do *terroir*. Até o presente o Vitpan encontra-se em fase experimental, não há muitas informações disponíveis. Assim como as demais propostas elaboradas no lançamento do Projeto PNRP, na atualidade não indica uma sustentabilidade real alcançada. Segundo Vargas, a estratégia de sustentabilidade por meio do PNRP apresentou desconcertos com a realidade vivida no local, não alcançando sucesso, apesar de introduzir novos valores e elementos de reflexão sobre o significado do espaço em questão. Algumas conclusões podem ser tiradas da experiência do PNRP. O relatório final da FPNRF de 2002 (*apud* Vargas, *idem*: 150) já apontou que

As características da região, tanto naturais (distâncias e dificuldades de acesso), quanto patrimoniais (95% do território constitui-se em propriedades particulares), ou administrativas (os municípios têm pouca competência sobre o território do Projeto) fizeram com que fosse difícil, para não ser inútil, aplicar diretamente ao Brasil o modo de gestão de Parque Natural francês.

Este reconhecimento e a ênfase francesa na participação dos envolvidos diretamente, incumbia aos fazendeiros e instituições ligadas ao projeto a articulação de novos instrumentos de gerenciamento, segundo Vargas, diferentes do regime de governança pretendido e mal sucedido. Foi criada a OSCIP¹³ Instituto Parque do Pantanal (IPP) que passou a administrar a área do Parque, instituída pelo Decreto estadual n. 10906/02 como "área de proteção especial". A alteração de sua legalidade perante a legislação ambiental federal, que não a reconhece no

12 Consiste em carne de gado rigorosamente monitorada em todas as fases de produção, alimentado em pastagens naturais, livre de resíduos químicos, por ser de animais considerados jovens, entre 10 e 12 meses de idade, apresentam maciez e baixo teor de gordura, compatível com os novos padrões alimentares da era "pós-produtivista", sendo ecologicamente correta e sinônimo de vida saudável.

13 Organização da sociedade Civil de Interesse Público.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), gerou descontentamento de alguns setores da sociedade e conflitos na interpretação de um cenário futuro para a área.

Bacia do Rio Negro de Aquidauana: Parque Regional de um Pantanal que perde o natural

A criação em 2002 do PNRP teve como discurso, preceitos permeados pela era pós-produtivista e forte influência francesa. O trabalho de Vargas mostrou a falência da proposta inicial diante da *realidade caleidoscópica pantaneira*, que foge à européia nos lembrando das especificidades dos espaços conforme suas formações territoriais e seus gêneros de vida.

Uma das medidas tomadas pelo novo organismo gestor do Parque, significativamente simbólica na visão de Vargas, foi alterar o nome do Parque, que no período de 2003-2005 retirou o "N" de Natural criando a denominação PRP. Atualmente podemos observar que a pecuária extensiva de gado de corte continua sendo importante atividade econômica em Aquidauana, município que tem 80% do território de terras alagáveis. Segundo o censo agropecuário 2006 realizado pelo IBGE, os números de propriedades e rebanho bovino aumentaram nos últimos 10 anos; da mesma forma, a proporção de pastagens plantadas às naturais em todo Pantanal Sul, elemento que contradiz a *sustentabilidade da atividade pela baixa intervenção no ambiente natural*.

Aquidauana/MS		
	1996	2006
Estabelecimentos rurais (unidades)	534	690
Área de pastagem (hectares)	781.820	949.694
Efetivo de bovinos (unidades)	570.306	820.029
Área de Pastagem natural e plantada (PANTANAL SUL- MS)		
	1985	1996
Naturais	5 928 105	4 869 220
Plantadas	2 048 268	2743 855

Fonte: Censos Agropecuários IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Contudo a situação da atividade é de crise anunciada. Os pecuaristas da região manifestam-se pelas "dificuldades de investir, e assim produzir" (Albuquerque e Silva, *op.cit.*, 2008: 514) e falta de meios para saída dessa situação. As políticas do governo estadual se voltam para setores econômicos mais "dinâmicos" sob a ótica do paradigma produtivista, como a produção minero-siderúrgica e a expansão da silvicultura¹⁴, além do "*Novo Paradigma de desenvolvimento para MS – Biocombustíveis*" que busca ampliar a área de cultivo de biocombustíveis e produção nas 21 usinas de açúcar e álcool existentes, com previsão de instalação de mais 20 até o fim de 2010 em áreas fora da BAP (Relatório MS 2008).

No entanto, é inegável que o espaço rural de Aquidauana incorporou novos conjuntos de ações e objetos com conteúdos pós-produtivistas¹⁵. A partir da década de 1990, a oportunidade de novas atividades como o turismo fez com que agentes externos a planície adquirissem terras. O regime de pluriatividade também surgiu como alternativa aos pecuaristas tradicionais, que diante da descapitalização da pecuária passaram a complementar a renda com essas atividades. Assistiu-se assim a *transformação do espaço do Pantanal-Sul*, colocando-o na rota do turismo nacional e mundial nas formas contemporâneas de "aventura" ou "natureza", indo além do turismo de pesca, já desenvolvido na região anteriormente (Araujo, *op. cit.*).

Vários autores como a própria Araujo e Banducci Jr. e Moretti (2001) analisaram como a forma com que o turismo foi desenvolvido no Pantanal contribuiu para a transformação da paisagem e das territorialidades, o que abre para a reflexão da sustentabilidade da atividade e do ambiente apropriado por ela, já que o termo sustentabilidade é utilizado como adjetivo e argumento do turismo e pela própria pecuária na região. A marginalização dos peões e suas famílias que se apresentam destoantes do ambiente "moderno" que recebe os turistas ou a política da

14 Ver Plano Estadual de Florestas (PEF/MS) elaborado pelo Governo do Estado e SEBRAE em 2009 que prevê para 2030 uma área de Florestas Plantadas de 1 milhão de hectares.

15 Vale lembrar a expansão da atividade turística no interior das fazendas, tendo como modalidades o eco-turismo e o turismo rural (cultural) e a criação de gado em sistema orgânico, que inaugura novas relações sócio-espaciais. Para mais, neste caso, ver sítio digital da Associação Brasileira de Pecuária Orgânica (ABPO).

SEPROTUR¹⁶ de financiar apresentações de "cantores regionais" nas fazendas (privadas) inseridas no circuito superior do turismo refletem as fragilidades no que tange o desenvolvimento sustentável no Pantanal-Sul.

O que já perdeu o natural virou carvão

Outro exemplo de transformação do espaço rural de Aquidauana na atualidade, embora não vendido como exemplo da "relação harmoniosa" possível no "santuário ecológico" para os que ali vivem ou visitam é a produção de carvão vegetal proveniente da vegetação nativa que teve grande crescimento nos últimos anos.

A vegetação do Pantanal de Aquidauana é composta por um mosaico que inclui ecossistemas deste domínio além de ecossistemas do Chaco, componentes bióticos do Nordeste seco e da região peri-amazônica¹⁷ (Ab'Saber, 2006:12). Os tipos mais valorizados para o carvoejamento são angico, louro preto, carvão vermelho, cera-cozida, aroeira, lixeira, paratudo e piúva (Salis & Mattos, 1993, *apud* Padovani *et al.*, 2004), encontrados em relativa abundância e desconsiderados nobres – assim desprovidos de proteção legal.

O aumento da produção e exportação do minério de ferro e aço das siderúrgicas nacionais demandou um aumento do uso do carvão vegetal, insumo que se baseia no aproveitamento de madeira nativa à utilização de florestas plantadas destinadas exclusivamente para este fim. Diante da grande procura pelo insumo, a região do Pantanal foi procurada a partir do ano 2000 como reserva de produção pelas indústrias do setor em razão das facilidades encontradas, como a simplicidade do processo produtivo que envolve a seleção da madeira a ser queimada, construção dos fornos e mão-de-obra barata; e da disponibilidade dos proprietários em arrendar as terras para a instalação das carvoarias, que após o período

16 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo.

17 Ab'Saber, Aziz N. Brasil: paisagens de exceção: o litoral e o Pantanal Mato-grossense: patrimônios básicos. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.

estabelecido em contrato recebiam de volta suas terras "limpas"¹⁸.

O quadro abaixo mostra os dados oficiais e elucidam o crescimento do carvoejamento em Aquidauana, baseado na vegetação nativa.

Quadro 1. Evolução do desmatamento e carvoejamento em Aquidauana

Ano	Área desmatada (ha)	Volume da vegetação utilizada (m³)
2000	2.117,49	-
2001	-	-
2002	3.599,63	95.224,22
2003	19.883,56	*
2004	9.621,09	359.312,19
2005	7.065,66	261.593,89
2006	5.917,00	206.314,00
2007	1.057,34	109.000,00
2008	6.841,84	395.075,77
2009	2.837,37	609.994,00

- Não disponíveis *Ainda não disponibilizados.

Fonte: IMASUL. Organização: ARAUJO, A. G.

A nova articulação econômica revela uma das transformações que o espaço rural de Aquidauana vem vivenciando nos últimos 20 anos. Este movimento des-territorializador reforça a inclinação da pesquisa social sobre as novas e diversas especificidades evidentes neste processo de metamorfose espacial do município, que envolve territórios criados e novas formas de uso do solo, espacializações que indicam valores produtivistas e pós-produtivistas, compondo um cenário multifuncional mais complexo, que revelam novas territorialidades para

18 Uma outra questão que colaborou para esta disponibilidade foi a possibilidade de negócio dos pecuaristas em "trocar" a madeira pelo valor dos custos de elaboração dos processos de licenciamento ambiental exigidos pelo órgão estadual em diversas modalidades (Entrevista feita aos fiscais ambientais do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul –IMASUL– durante realização de estágio em 2008), o que evidencia a descapitalização da pecuária.

além da pecuária tradicional de Aquidauana.

Conclusões

Mato Grosso do Sul expressa uma variedade de elementos co-respondentes com a complexidade do mundo, sejam eles considerados produtivistas ou pós-produtivistas, tradicionais, modernos ou pós-modernos, fordistas ou pós-fordistas. A análise por um viés geográfico indica um panorama global/local de recortes espaciais que tanto homogeneizam as produções sociais, como os (macro)regionais empreendidos pelo governo estadual ou empreendidos por instituições externas à(s) realidade(s) local, quanto recortes territoriais, que expressam um primeiro momento de políticas que pretendem lidar com realidades mais específicas. Os discursos dos atores mais influentes nas tomadas de decisão se apropriam seletivamente de valores e prioridades e conduzem essa realidade complexa, permeada por conteúdos economicistas, ambientalistas, entre outros.

Concordamos com Vargas quando diz que a planície pantaneira de Aquidauana padece de intervenções que a colocam na vitrine do modismo ambientalista, ao mesmo tempo em que é tratada com desrespeito à sua *landschaft caleidoscópica*.

A tentativa de implantação do PNRP alicerçada nos preceitos da governança e sustentabilidade social, econômica e ambiental se apresentou como inovação, contudo não trabalhou "em concerto" com as múltiplas composições do espaço em questão. Outras inovações, como a chegada de novos atores sociais, a pecuária modernizada, as novas modalidades de turismo e a atividade de carvoejamento reforçam a multiplicidade de territorialidades surgidas recentemente na planície pantaneira de Aquidauana.

As territorialidades dessas produções reforçam a necessidade de reflexões mais comprometidas com a realidade local, sua multiplicidade hoje conflituosa e contraditória, que caminha para o esgotamento seja ambiental, econômico e quimera social. As agonias como a perda da biodiversidade, o absenteísmo dos proprietários tradicionais e territorialização precária de peões e pescadores, que migram para posições de isqueiros, carvoeiros e até indigentes, expressam uma

realidade em crise, contudo potencialmente transformadora, por ser contingente de multiplicidade.

A paisagem do Pantanal, portanto, não é o paraíso simbolizado pela mídia, pelo turismo, ou mesmo pelo *site* da PPNRF. Ela é real, concreta, como um verdadeiro caleidoscópio que refunde real-imaginário, cultura-natureza, propriedade-trabalho, cheias-secas [...] A paisagem não é apenas para ser olhada. Ela reflete a inserção do homem no mundo, lugar de combate pela vida, manifestação do ser social (p. 271). [...] A imagem do caleidoscópio explicita bem essa mescla entre o homem e o meio (a flora, a fauna e a dinâmica das águas); os homens entre si (peões, fazendeiros, pescadores, isqueiros, ribeirinhos, novos atores que emergem com a globalização, etc.); além da participação efetiva cada vez mais efetiva dos agentes políticos e econômicos, o Estado, as organizações, que compõe a sociedade do Pantanal (p. 278). Quando esse conjunto de elementos humanos se vê refletido no prisma das águas que se estabelece no território e na paisagem, está formado o caleidoscópio pantaneiro, um desafio à sustentabilidade globalizante (Vargas : 279).

Assim, nos apoiamos em Aziz Ab'Saber (1988[2006]) que sobre a *paisagem de exceção* Pantanal escreveu sobre a necessidade de interpretações mais abrangentes e integradas capazes de subsidiar um padrão de entendimento da realidade pantaneira, e desta forma, uma melhor administração da ampla depressão *sui generis* abordada em sua Teoria dos Refúgios (p. 11). Seja do ponto de vista fitogeográfico, onde para ele os estudos empreendidos já desvelaram o "complexo" regional, e não mais permitem o uso das expressões "bioma" ou "ecossistema"; seja do ponto de vista sócio-econômico, o qual Aziz nos lembra a fragmentação e desconexão da maioria dos estudos historiográficos com o passado e o cotidiano dos homens residentes nessa vastidão, o autor reforça a necessidade de maior comprometimento com a região geocológica particularmente diversificada e rica (pp. 13-14).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, Silvana de (2001): *Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense*. Tese de doutorado, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.
- Albuquerque, A. e Silva, E. (editores técnicos) (2008). *Agricultura Tropical: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas*. Brasília, DF: EMBRAPA.
- Araujo, Ana Paula C. de (2006): *Pantanal, um espaço em transformação*. Tese de doutorado, Departamento de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Araujo, A. G.; Oliveira Neto, A. F. e Araujo, A. P. C. de (2009): "Relações entre campo e cidade: A expansão da soja no Centro-Oeste brasileiro e a transformação do espaço do município de Dourados". In: *Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA*. Disponível em CD: São Paulo.
- Banducci Jr., A. e Moretti, E. (2001): *Qual paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal*. São Paulo: Chronos: Campo Grande: UFMS.
- Castro, Iara Quelho de (2002): "Vigiar e Construir a História: Memória, esquecimentos, comemorações e historiografia nas representações sobre Aquidauana". Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- Carvalho, T. R. (2007): "Aquidauana e sua centralidade na rede urbana de Mato Grosso do Sul". Monografia de Conclusão de Curso, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- Haesbaert, R. (2007a): "Território e Multiterritorialidade: Um debate". In: *GEOgraphia*. Ano IX, n. 17. Niterói/RJ, UFF/EGG, pp. 19-45.
- Haesbaert, R. (2007b): *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. 3 p. Ed. : Bertrand Brasil: Rio de Janeiro.
- Haesbaert, R. (2010): *Regional-Global: Dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro.
- Harvey, D. (1980[1973]): *Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: HICITEC.
- Marsden, T. et al. (1993): *Constructing the Countryside*. London: University College Press.
- Massey, D. (2008). *Pelo Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Mato Grosso Do Sul (2009): *MS2008: Relatório de Atividades Físico-Financeiras Referentes ao ano de 2008*. Campo Grande: Assembléia Legislativa.
- Mato Grosso Do Sul (2009): *Plano Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Florestas Plantadas*. Campo Grande: SEBRAE, SEPROTUR.
- Mato Grosso Do Sul (2008): Folder. "MUSIC IN THE PANTANAL: Culture and tourism - Miranda circuit". Elaborado pelas Fundações de Cultura e Turismo da SEPROTUR.
- Neves, J. (2007): *Uma fronteira para o pôr-do-sol: Fundação de Aquidauana: civilização e dependência*. Campo Grande: EDUFMS.
- Padovani, C. R., Cruz, M. L., Padovani, S. L. "Desmatamento do Pantanal Brasileiro para o

ano 2000". In: www.cpap.embrapa.br/.../pdf/.../611RB_Padovani_1_OKVisto.pdf

- Pierce, J. T. (1998): "Sustaining rural environments". In: Bowler, I. R. *et al. Dimensions of Sustainable Rural Systems*. Groningen: Rijksuniversiteit Groningen.
- Santos, M. (2002): *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: HUCITEC.
- Santos, M. (2005): *Da totalidade do lugar*. São Paulo: HUCITEC.
- Soja, E. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1993.
- Sorensen, T. (2003): "Sustentabilidade de sistemas versus sustentabilidade do lugar?" In: *A dimensão regional e os desafios à sustentabilidade rural*. Bicalho, A. M. S. M. e Hoefle, S. (editores). Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ/CSRS-UGI.

■ Vargas, I. A. de (2009): *Porteiras assombradas do paraíso: embates sobre a sustentabilidade socioambiental do Pantanal*. Campo Grande: UFMS.

■ Wilson, G. (2001): "From productivism to post-productivism...and back again?". In: *Transactions of the British Geographers*. 26(1), pp. 77-102.

Sites acessados:

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pevs/default.asp?o=23&i=P>

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=290&z=p&o=23>

Associação Brasileira de Pecuária Orgânica. WWW.abpo.org.br

(acessos 10/09/2009).